



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14441 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT09 - Trabalho e Educação

A CONTRARREFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS GOVERNOS DEMOCRÁTICO-POPULAR: BASES DA NOVA GESTÃO PÚBLICA E DE UM NOVO PERFIL DOCENTE?

Fernando Silva dos Santos - UFJ PPGE - Universidade Federal de Jataí

Camila Alberto Vicente de Oliveira - UFJ-PPGE - Universidade Federal de Jataí

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

A CONTRARREFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS GOVERNOS DEMOCRÁTICO-POPULAR: BASES DA NOVA GESTÃO PÚBLICA E DE UM NOVO PERFIL DOCENTE?

Resumo

Integrando projeto de pesquisa interinstitucional sobre a nova gestão pública e os seus impactos no trabalho docente, em uma perspectiva comparada - nacional e internacionalmente, o presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a contrarreforma da educação superior engendrada nos governos do PT entre 2003 e 2016 e os rebatimentos na (con)formação de um novo perfil docente para este nível de ensino, especialmente nas Instituições Federais. Por meio de pesquisa bibliográfico-documental, aborda elementos gerais da gestão do Estado empreendida pelos governos da Estratégia Democrático-Popular, discorre sobre o processo de contrarreforma da educação superior, seus efeitos sobre a carreira do Magistério Superior e, finalmente, pondera os impactos sobre a formação de um novo perfil docente. Conclui-se que a reforma se deu de maneira fatiada atendendo aos anseios do capital em uma perspectiva de produção de consensos, apassivamento e conciliação desmontando a resistência do aparato sindical. Resta-nos qual perfil docente foi forjado neste interregno.

Palavras-chave: Contrarreforma da Educação Superior; Nova Gestão Pública; Perfil Docente

Introdução

As décadas de 2000 e 2010 foram marcadas, no Brasil, por profundas transformações

na educação superior brasileira e, em especial, no setor público. A emergência de governos da Estratégia Democrático-Popular (EDP), entre os anos de 2003 e 2016, alimentou a expectativa de uma ruptura com as diretrizes e políticas de caráter neoliberal na gestão do Estado que foram predominantes durante toda a década de 1990. Essa expectativa alimentava também o desejo de setores da sociedade por reformas educacionais que reorientassem a participação do Estado na formulação de políticas públicas que permitissem a ampliação do acesso à educação superior, especialmente nas IES públicas.

De fato, o modelo de expansão da educação superior adotado pelos governos Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) alteraram a configuração das Instituições de Ensino Superior (IFES), mas não atenderam às expectativas de criação de uma universidade popular e tampouco foi capaz de absorver frações excluídas historicamente da educação superior.

A expansão das IFES a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) promoveu uma rarefeita ampliação de vagas, reformou e ampliou *campi* universitários, retomou o controverso processo de interiorização, incrementou os recursos em investimento para ciência e tecnologia, alterou a estrutura da carreira no magistério superior, recompôs a estrutura salarial e contratou novos docentes.

Mais do que um projeto de reforma o que estava em jogo era a articulação e reorientação das IES públicas integradas às demandas do capital na recomposição de suas demandas por maiores taxas de lucro, o aprofundamento da contrarreforma do Estado, a subordinação da educação ao atendimento dos interesses dos setores privados e, ainda, não menos importante, a tentativa de arrefecimento dos setores que resistiam a contrarreforma universitária.

A proposta apresentada pelo governo federal como uma espécie de síntese dos interesses públicos para a Educação Superior, como debate fundamental na sociedade, não seria suficiente sem a própria atuação do Ministério da Educação na formação daquilo que era entendido como o consenso necessário para desarticular as entidades de classe contrárias à contrarreforma.

Nossa análise – desenvolvida a partir de estudo bibliográfico e documental - tem como ponto de partida os desdobramentos da contrarreforma da Educação Superior suscitando uma importante questão: qual o novo perfil docente passou a integrar as universidades públicas?

O PT, gestão do Estado e a contrarreforma da Educação Superior

Ao analisarmos os mandatos presidenciais do Partido dos Trabalhadores (PT), encontramos marcas do seu processo de formação e trajetória. Não há dúvida da importância histórica do PT, desde o seu nascimento, como partido vinculado as demandas da classe trabalhadora durante a ditadura-empresarial-militar no final da década de 1970, até se tornar

um dos principais partidos políticos do cenário brasileiro do período da Nova República.

A experiência da EDP na gestão do aparelho burocrático de Estado nos leva a alguns apontamentos sobre os caminhos das contrarreformas, peça importante para a legitimação do partido junto ao capital.

Para Fernandes (1987), o PT, ainda que tenha sido um instrumento autêntico da classe trabalhadora, não foi capaz de superar as amarras da democracia restrita, tampouco de se desvincular das correntes ideopolíticas das frações hegemônicas da burguesia que aprisionaram o Estado autocrático burguês no final da ditadura empresarial-militar.

Para o autor as frações burguesas que assumem a direção do Estado, o “Centrão”, é esse agrupamento que assumiu uma “pose liberal-democrática” e refinou o caráter patrimonialista de herança colonial, se manteve historicamente distante de qualquer influência ideológica que se aproximasse de alguma virtude do “liberalismo autêntico” e do “radicalismo democrático-burguês”. É sob um Estado que carrega consigo todas as maldições do “capitalismo rústico, perverso e selvagem” dirigido por frações burguesas que se solidificou um capitalismo desigual e combinado. O PT atuaria politicamente, no limiar do século XXI, sob expectativa de levar a cabo as tarefas de uma revolução burguesa inconclusa (FERNANDES, 2014, p.201).

Para Iasi (2006, 2012), o PT e a EDP avançaram na constituição da reabertura democrática, mas tal como o capitalismo tardio, a democracia também assume características que mantém particularidades de sua constituição histórica. Essa base democrática, contudo, se desenvolveria a partir de novos componentes que incidiriam ofensivamente na classe trabalhadora. As consequências disso estaria na desmobilização de importantes instrumentos de luta da classe trabalhadora ou transformando-os em correia de transmissão de governos ou partidos. A cooptação, o apassivamento e a conciliação de classes potencializaram, assim, os efetivos ataques do capital sobre o trabalho.

Diante disso, analisando o processo de contrarreforma da Educação Superior empreendida pelo governo da EDP, observamos que não se tratava apenas de simples atendimento às recomendações dos Organismos Multilaterais (O.M) ou de Organizações Não-Governamentais (ONGs). Há um aprofundamento das orientações e de práticas de governança, que ultrapassaram as recomendações do receituário dos O.M para a educação e que estiveram presentes na articulação política do governo na busca de soluções inovadoras, eficientes e eficazes para a efetivação do que é entendido como democratização das relações de Estado. É nesse sentido que práticas de uma nova gestão pública foram implementadas, paulatinamente, seja nos espaços institucionais, seja na concepção norteadora das práticas adotadas por agentes públicos como um estilo gerencialista que atomiza a gestão em todas as ações da administração pública (SHIROMA; SANTOS, 2014).

Novas práticas gerencialistas efetivadas no bojo da construção de consensos em torno da necessidade de reforma do Estado, especialmente temas impopulares como a

contrarreforma da Previdência.

Outras reformas exigidas como a tributária, a sindical e a trabalhista estavam na pauta e em discussão. Assim, já nas primeiras ações governo Lula a contrarreforma da educação superior assumia lugar central na agenda, demonstrando proximidade e concordância com as demandas do capital para o setor e assim permaneceu durante os dois mandatos presidenciais daquele. Dentre as ações específicas para a Educação Superior estão a aprovação e implementação do PDE (BRASIL, 2007a), o REUNI (BRASIL, 2007b), o PROUNI (BRASIL, 2005) ou mesmo alterando ações de governo anteriores como o caso do FIES (BRASIL, 2001).

Em Seki (2020) e Seki e Santos (2022) é possível constatar, a partir da análise da série histórica de matrículas no ensino superior brasileiro, que o crescimento efetivo das matrículas nas IES públicas foi muito pouco significativo quando comparado com a expansão das instituições privadas. O quadro mantém a disparidade histórica entre IES públicas e privadas desde a década de 1970.

Podemos sintetizar que a intencionalidade do governo federal foi aplicar uma reforma da educação superior fatiada, moldada sob os princípios da nova gestão pública, ou seja, a administração pública deveria adotar uma nova lógica na tomada de decisões que privilegiaria o capital privado – a produção e reprodução do valor em escala ampliada – em detrimento dos direitos sociais historicamente constituídos (PREVITALI, 2021).

Em busca de uma conclusão ou um novo perfil para a carreira docente nas IFES?

Mesmo sob a importante marca da expansão da IES públicas, a ampliação do número de matrículas e número de docentes contratados, nosso objetivo avançar na resposta à pergunta que norteia este trabalho e refletir sobre a configuração de um novo perfil docente na educação superior e, em especial, nas IFES.

Considerando que a tática do governo federal foi a de promover uma contrarreforma na Educação Superior por meio de leis, decretos, planos e programas de maneira fragmentada, cabe-nos uma indagação: qual o papel da negociação, em separado, com segmentos de interesses distintos na aprovação da contrarreforma da educação superior? De que maneira a contrarreforma da Educação Superior influenciou na desestruturação da carreira docente do magistério superior? Após essas mudanças estruturais, nas universidades federais e na carreira docente, é possível apreender mudanças também no perfil docente que passou a compor as IFES?

Não há dúvidas que a base da estratégia política do governo federal, o PT e a EDP, operou no processo de contrarreforma. Na ausência de uma lei orgânica que pudesse alterar a educação superior (BRASIL, 2004), o governo federal lançou mão da conciliação de classes, atuou na construção de consensos e no apassivamento de frações da classe trabalhadora para

avançar para além das alterações do conjunto de lei que regiam a educação superior. O objetivo da contrarreforma era também a revisão do plano de carreira docente.

A proposta de revisão da carreira docente do magistério federal era também o maior foco de resistência do movimento docente diagnosticado já durante a tramitação das primeiras versões do anteprojeto apresentado pelo MEC.

Mesmo com permanente mobilização do movimento docente, sob direção do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), as direções das seções sindicais, naquele momento, entendiam que era preciso atuar de maneira contundente na defesa da carreira docente e evitar que o sentido devastador da contrarreforma pudesse tirar direitos conquistados pelos servidores públicos federais da educação, além de precarizar ainda mais as condições de trabalho nas IFES, potencializando a competição e o produtivismo acadêmico.

Os governos da EDP completaram a ofensiva da contrarreforma da educação superior com uma multiplicidade de ataques que abriram caminho para a reorganização da estrutura administrativa, científica e acadêmica das universidades federais, potencializaram a implementação de uma perspectiva gerencialista, desmontaram a carreira e a previdência dos docentes federais e ainda operaram um ataque direto ao movimento docente. Esse último, inclusive, com a finalidade de fragmentar a representação sindical. O que resta saber é se isso também abriu caminho para a recomposição da força de trabalho docente no interior das IFES forjando um novo perfil docente.

Referências

BRASIL. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o FIES e dá outras providências. Brasília: MEC, 2001b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10260.htm> Acesso em: 18. abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior**. Brasília: MEC, 2 de agosto de 2004 (mimeo).

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Prouni. Brasília: 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm> Acesso em: 18. abr. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Nº 6.094, DE 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (PDE). Brasília: 2007a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm> Acesso em: 18. abr. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Nº 6.096, DE 24 de abril de 2007**. Institui o REUNI. Brasília: 2007b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm> Acesso em: 18. abr. 2023.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

FERNANDES, Florestan. **Florestan Fernandes na constituinte: leituras para a reforma**. São

Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo/Expressão Popular, 2014.

IASI, Mauro. **Metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

IASI, Mauro. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. In: SALVADOR, Evilásio (et.al) (org.) **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012a, p. 285-317.

PREVITALI, Fabiane Santana. **Nova Gestão Pública e Tecnologias Digitais na Educação Básica e Impactos no Trabalho Docente: uma abordagem internacional Brasil – Argentina e Portugal**”. Chamada Universal MCTIC/CNPq 2021. Uberlândia-MG: 2021.

SEKI, Allan Kenji. **Determinações do capital financeiro no ensino superior: fundo público, regulamentações e formação de oligopólios no Brasil (1990-2018)**. 2020, 436 p. Tese (Doutorado) – PPGE/UFSC, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/37msi4J>. Acesso em: 18 abr. 2022.

SEKI, Allan Kenji; SANTOS, Fernando. **Muda-se tudo para que tudo permaneça como está: a participação da estratégia democrático-popular na contrarreforma da educação superior**. Revista Linhas. Florianópolis, Florianópolis, v. 23, n. 52, p.162-196, maio/ago. 2022.

SHIROMA, Eneida Oto; SANTOS, Fabiano Antonio dos. Slogan para a construção do consentimento ativo. In: EVANGELISTA, Olinda (org.). **O que revelam os slogans na política educacional**. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2014. p. 21-46.